REVISTA Língua & Literatura
ISSN 1984-381X

Formas contemporâneas de comunicação e seus "novos" autores: questões éticas sobre a produção discursiva

Contemporary communication media and their "new" authors: ethical issues about the discursive production

Vitor Vieira Ferreira[1]

Resumo Em nosso trabalho, partimos inicialmente do conceito de autor, contrastando-o com outros conceitos mais recorrentes no campo dos Estudos do Discurso (como, por exemplo, "enunciador" ou "sujeito") e verificamos em que medida se pode falar em novas formas de autoria. Neste sentido, ganham destaque as especificidades das formas de comunicação mediada por computador, tão presentes em nosso cotidiano. Estas formas de comunicação apresentam traços de acessibilidade bastante relevantes e que permitem a um número cada vez mais amplo de indivíduos um grau de publicidade de seus produtos discursivos até certo ponto inédita. Este cenário, conforme propomos, apresenta uma dimensão ética que deve ser observada na medida em que tal nível de publicidade insere os "novos autores" em redes discursivas mais amplas e com implicações extradiscursivas mais complexas.

Palavras-chave: Ética. Discurso. Comunicação. Responsabilidade.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo abordar a produção discursiva – isto é, a produção de qualquer enunciado verbal em um determinado contexto sócio-histórico – em sua dimensão ética. Ademais, destacamos nesta abordagem as formas de comunicação mais recentes no atual momento histórico, sob o pressuposto de que estas, com suas particularidades em relação a formas anteriores de comunicação verbal, apresentam relevância específica para a reflexão ética sobre os atos discursivos.

Neste texto, ao utilizarmos a expressão "formas contemporâneas de comunicação", estamos nos referindo àquilo que no campo dos *Media Studies* (ou, mais especificamente, *Internet Studies*) se convencionou chamar de comunicação mediada por computadores,

[1] Doutorando e mestre em Linguística Aplicada pela UFRJ. vitor.vieira.ufrj@gmail.com

(*computer mediated communication*), doravante CMC; isto é, qualquer forma de comunicação propiciada por uma tecnologia computacional (cf. THURLOW et al., 2004, p. 14 et seq.), da qual a internet é hoje a maior expressão. Sem entrarmos no mérito de saber quão "novas" são as formas de comunicação de que dispomos hoje, consideramos aqui como formas contemporâneas aquelas cujo funcionamento é de base computacional e digital (cf. id., ibid., p. 28).

"Novos" autores e as formas de CMC

Se partirmos do pressuposto de que os meios através dos quais atualmente nos comunicamos com os nossos semelhantes nos colocam questões até certo ponto novas para a investigação sobre os enunciados linguísticos, então precisamos voltar nossos olhares para o passado Para tanto, torna-se-nos necessário recorrer a categorias que não se verificam comumente em pesquisas do campo no qual este trabalho pretende se inserir; a saber, o dos Estudos do Discurso (ED) – rubrica mais ampla que abarca linhas teóricas distintas (como a Pragmática, Análise do Discurso, Linguística Aplicada e outras).

Como o título ao presente ensaio antecipa, a noção de "autoria" – e, por conseguinte, de "autores" – será central para nossa reflexão. Se tomamos como ponto de partida nossa filiação aos ED, não é surpreendente que o próprio termo "autor" signifique algo distinto do que se costuma verificar no campo. /que campo?/ Porque, se buscamos teoricamente definir em termos materiais aquele que é o produtor de e responsável por um enunciado, tenderemos a identificá-lo por meio de conceitos como enunciador, falante, sujeito e outros. É, portanto, já no aspecto vocabular de tais conceitos que identificamos uma mudança no modo como qualificamos o produtor de um enunciado.

É cabível dizer que nos ED todo e qualquer produto linguístico[2] torna-se um objeto passível de análise dentro do campo, visto ser ele uma prática social concreta da qual a linguagem é uma dimensão constitutiva. Conquanto consideremos as distintas relevâncias e implicações contextuais desta ou daquela prática, não as hierarquizamos ou as distinguimos

[2] Ao longo do texto trataremos como intercambiáveis termos como "ato discursivo", "prática discursiva", "enunciado", "ato de fala", "produto linguístico". Não é de maior interesse aqui aprofundarmo-nos sobre as implicações da utilização deste ou daquele termo em virtude das correntes teóricas às quais elas se remetem. Pressupomos, simplesmente, que todos estes se situam na dimensão saussuriana da *parole*, isto é, assumimos aqui a posição epistemológica de considerarmos a linguagem humana verbal em suas realizações concretas, situacional e sócio-historicamente situadas.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

valorativamente *a priori*. Por outro lado, quando lidamos com a noção de "autor", somos levados a tomar por objeto não mais toda e qualquer prática discursiva, mas selecionamos algumas em detrimento de outras. Isto se justifica pelo fato de que tal noção, em sua dimensão lexical, traz consigo um traço semântico específico que nos remete ao campo da teoria literária. Há, assim poderíamos formular, uma memória discursiva particular para o termo "autor", quando o contrastamos, por exemplo, com um produtor "qualquer" de um enunciado em uma situação cotidiana.

Conforme argumenta Pecheux (1999, p. 52), "a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita, p. a condição do legível em relação ao próprio legível". Ao tratarmos de um autor, tem-se, portanto, o implícito de que se trata de um produtor discursivo específico, situado em um campo de produção artística. Estamos aqui a falar de um escritor de romances, contos, peças de teatro, enfim. Contudo, mais além dos gêneros discursivos que se apresentam como produtos linguísticos destes indivíduos particulares, há um outro implícito relevante a ser destacado, e que contribui para a formação da memória discursiva da autoria. Existe algo de distinto quanto a estes indivíduos, assim diriam /quem diria?/ – e se assim o fazem é pela imanência da ideia de *gênio* que a estes é atribuída.

Quando falamos de noções como "genialidade" nos afastamos de nossa reflexão inicial, e adentramos a reflexão sobre a disciplina da estética, cara à filosofia, o que inevitavelmente nos impõe a recuperação da dimensão histórica do termo. Sem pretensão qualquer de um aprofundamento mais extenso, visto se tratar de uma complexa categoria da filosofia da arte, podemos, não obstante, extrair do termo seu sentido mais geral com vista aos nossos objetivos neste trabalho. Deixaremos de lado, assim, a semântica assumida pela noção de "gênio" na obra de alguns dos principais filósofos de nossa tradição[3] para nos atermos ao caráter de originalidade própria do gênio, que se estabelece no contexto histórico do Iluminismo. Em síntese, conforme nos aponta Von Mücke (2015, p. 51),

[3] Como em Kant, Hegel, Schopenhauer e Nietzsche, entre outros (cf. SALES, 2006).

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

> [...] the Enlightenment discourse on genius makes the artist the figure of radical innovation and utter independence from both tradition and acquired cultural knowledge as well as from external sources of spiritual or religious inspiration. Thus, ultimately, the genius becomes a superhuman figure that usurps the position of nature or the creator—in brief, p. a figure that is its own progenitor[4].

Dizemos, portanto, que em alguma medida as características do gênio são atribuídas à ideia de um autor, no sentido em que este é o responsável por uma produção discursiva original e socialmente valorada em termos positivos, sendo distinta de outras produções discursivas "comuns". Isto justifica a relevância de traços autorais – tanto em termos biográficos quanto estilísticos – para a compreensão e análise das obras literárias. É o que nos afirma Barthes (2004, p.58), p.

> O autor ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas dos periódicos e na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças ao seu diário íntimo, a pessoa e a obra; a imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões; [...] a explicação da obra é sempre buscada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, a revelar a sua "confidência".

Conquanto a crítica à noção de "gênio" e "genialidade" remonte à década de 60 do século XX, ela ainda se faz pertinente. Este debate, no entanto, é aqui secundário. Mais importante é observarmos que, se por um lado, o autor – esta "personagem moderna" que "descobriu o prestígio do indivíduo", segundo o autor francês – mantém seus resquícios de gênio, seja no momento da análise acadêmica, seja no emprego mais comum e corrente da palavra "autor", por outro, o que se verifica em determinada crítica é precisamente a desconstrução desta figura e de sua centralidade na crítica literária. Conforme nos aponta Foucault (2009, p. 288):

[4] "[...] o discurso iluminista do gênio faz do artista a figura de inovação radical e total independência tanto da tradição e do conhecimento cultural adquirido quanto das fontes externas de inspiração religiosa ou espiritual. Assim, em última instância, o gênio se torna uma figura sobre-humana que usurpa a posição da natureza ou do criador – em síntese, uma figura que é seu próprio progenitor" [tradução nossa].

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

> Não mais se ouviriam as questões por tanto tempo repetidas, p. "Quem realmente falou? Foi ele e ninguém mais? Com que autenticidade ou originalidade? E o que ele expressou do mais profundo dele mesmo em seu discurso?" Além destas, outras questões, como as seguintes, p. "Quais são os modos de existência desses discursos? Em que ele se sustentou, como pode circular, e quem dele pode se apropriar? Quais são os locais que foram ali preparados para possíveis sujeitos? Quem pode preencher as diversas funções de sujeito?" E. atrás de todas essas questões, talvez apenas se ouvisse o rumor de uma indiferença, p. "Que importa quem fala?"

Esta nova forma de se compreender a relação entre o texto e seu produtor pressupõe uma nova configuração de sujeito. Nos termos do que tradicionalmente se desenvolveu sob a rubrica dos ED, a imagem de um indivíduo sobre-humano cujas produções discursivas encontrem-se para além de suas determinações históricas não corresponde à realidade das estruturas discursivas, que exercem concretamente suas formas de determinação no ato discursivo. Ou, nas palavras de Pêcheux (2010, p. 307), "os sujeitos acreditam que 'utilizam' seus discursos quando na verdade são seus 'servos' assujeitados, seus 'suportes'". E seria possível ainda mencionar uma série de outras categorias, caras aos ED, que reafirmam e consubstanciam a ideia de um sujeito assujeitado; como, por exemplo, os conceitos de ideologia e de inconsciente que exercem sobre o indivíduo influências fora de sua consciência e controle consciente. Em síntese, seria um exercício teórico hercúleo tentar supor conceber qualquer forma de autonomia subjetiva sem que se levem em conta as determinações psicológicas (inconsciente freudiano), discursivas (ordens do discurso de Foucault), ideológicas e socioeconômicas (aparelhos ideológicos de Althusser e luta de classes em Marx) e outras.

No entanto, se a tradição estruturalista nos ED deixou seu legado nos esforços de identificação das formas concretas de determinação discursiva encaradas como práticas sociais dos indivíduos, os meios de comunicação contemporâneos parecem dar ao indivíduo uma sensação cada vez maior de liberdade no que tange às suas produções de discursos. Isto pode ser verificado quando observamos as transformações, ocorridas nas últimas décadas, nos mecanismos de interação social que a internet proporciona. Se observarmos as ferramentas atuais tais como as redes sociais, plataformas de compartilhamento de vídeos e fotos, blogs e fóruns, será possível identificar que cada vez mais informações privadas são lançadas à superfície do espaço público (*Öffentlichkeit*). Indivíduos são estimulados a produzirem conteúdos on-line para serem divulgados, uma vez que dispõem de ferramentas efetivas para

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

tanto. O principal aspecto, portanto, que ora destacamos como particularmente relevante nas atuais formas de comunicação é a possibilidade de qualquer indivíduo exercer em princípio o papel de produtor de um conteúdo discursivo que de outra forma não atingiria tantos outros indivíduos, não fossem as ferramentas das quais dispomos atualmente – trata-se aqui de uma relevância fundamentalmente quantitativa. Desta forma, já não se faz mais necessário nenhum traço mais refinado de originalidade, não se pressupõe nenhuma dimensão de "autoria especial" para que alguém torne público seus enunciados, quaisquer que sejam – e, inclusive, compostos não somente de um conteúdo estritamente verbal, mas também de outras formas semióticas que, por sua vez, também transmitem mensagens verbais, atuando como suportes de natureza discursiva.

Nos termos propostos por Marshall T. Poe (2010), em seu *A History of Communications – Media and Society from the Evolution of Speech to the Internet*, se cotejarmos os meios de comunicação da era audiovisual com aquelas de nossa era atual, a da Internet, teremos que, em termos de acessibilidade (i.e. dos custos necessários para se utilizar um *medium*), a primeira apresenta-se para o produtor do conteúdo como concentrada e para o receptor difusa, ao passo que a segunda apresenta-se como /como o quê?/ para ambos.

Se tomamos como corretas as assertivas de que "em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos", e de "que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância" (cf. FOUCAULT, 1996, p. 8-9), não podemos deixar de considerar estas ferramentas contemporâneas como espaços institucionais de interação comunicativa com regras de controle e seleção de conteúdo mais inclusivas do que outras ferramentas tradicionais – como por exemplo o jornal, o rádio e a televisão. Ocorre ainda que, na medida em que os receptores de um determinado conteúdo reconhecem que seu produtor se encontra com eles em pé de igualdade institucional (as mesmas ferramentas usadas por eles estão disponíveis também para mim), tais receptores sentir-se-ão motivados a também produzirem seus conteúdos. Reafirmando os termos de Poe (cf. POE, 2010), uma vez que com a internet o atributo da acessibilidade se apresenta como difusa para produtor e receptor do conteúdo, então produção e consumo de conteúdo passam assim a se retroalimentarem.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

Visto que a produção não mais se encontra centrada na mão de alguns indivíduos, e que novas dimensões de publicidade se tornam possíveis para produtores descentralizados, isto é, não são organizados em organizações institucionais tradicionais como as de outrora, há que se observar algumas particularidades desta nova forma de produção, desta nova forma de autoria.

Em primeiro lugar, tomemos a figura de um escritor tradicional. Para atingir seu público, não basta apenas que ele saiba o que escrever – e isto se considerarmos que tal conteúdo terá de fato a devida recepção. É preciso estabelecer contratos com editoras, agências de divulgação, refletir sobre um bom título, enfim, uma boa capa de livro. Todos estes passos demandam nada mais nada menos do que tempo. Se, no entanto, estamos plenamente cientes de que com alguns cliques ou teclas faremos com que nossa mensagem atinja uma dimensão satisfatória de publicidade, não nos preocuparemos, via de regra, em perder tempo refletindo sobre o melhor conteúdo possível e a escolha do melhor meio possível. O que, por sua vez, já não se verifica em uma organização institucional específica, na qual o processo de produção de um determinado conteúdo esteja submetido a uma divisão social de trabalho. Com isso, se por um lado as formas de comunicação em massa tradicionais tornam públicos seus conteúdos em um ambiente de recepção totalmente passiva, ao menos em tese estes dispuseram de um corpo institucional do qual se espera, potencialmente, um tratamento profissional, para dizer o mínimo, destes conteúdos. A despeito desta institucionalização conceder-lhes na prática algum valor, seja positivo ou negativo, a ausência desta dimensão organizacional é um dado a ser levado em conta no caso de produções individualizadas. Tal dimensão organizacional, por sua vez, não pode ser pensada sem o evidente traço temporal caracterizado por uma ausência de espontaneidade, traço que se vê mais claramente presente em nossas interações comunicativas contemporâneas. Não há, assim, um tempo concreto de preparação para a produção de um determinado conteúdo – no mesmo instante em que ele é pensado, ele já se encontra em vias de se tornar público (a despeito de uma estrutura de edição que plataformas digitais possam oferecer).

O segundo aspecto que gostaríamos destacar é uma aparente[5] ampliação da publicização dos gêneros primários – o que fazemos segundo a perspectiva teórica de Bakhtin

[5] Dissemos aparente, pois não há como fazer um levantamento estatístico preciso e definitivo de tudo o que é produzido e compartilhado na internet de modo a verificarmos em que medidas tais conteúdos classificam-se

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

em sua análise dos gêneros discursivos –, possibilitada pelo nível de acessibilidade e consequente prescindibilidade de uma organização institucional mais complexa para a produção e compartilhamento de um conteúdo, tal como ocorre nos meios de comunicação atuais.

Dito de modo mais sintético – apenas para situar o leitor do contexto teórico em que nos encontramos –, o pensador russo (2010, p. 261 et seq.) parte do princípio de que toda atividade social humana dispõe em maior ou menor grau de uma dimensão linguística que lhe é necessária. Tais atividades adquirem, na vida concreta, um determinado grau de regularidade; o uso concreto e historicamente situado da linguagem verbal, uma vez vinculada a tais atividades, também apresenta seus tipos relativamente estáveis de enunciados. Tais tipos serão chamados por Bakhtin de gêneros discurso. Isto considerado, faz-se relevante para Bakhtin a distinção entre os gêneros primários e secundários: os primeiros dizem respeito às formas de comunicação mais imediatas, com vínculos imediatos com a realidade concreta e predominantemente orais; os segundos "surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (idem, p. 263)". Para o escopo de nossa reflexão, sustentamos aqui que a acessibilidade de nossos meios de comunicação atuais possibilita que enunciados que tradicionalmente não "escapariam" da dimensão situacional em que foram produzidos – estamos a tratar aqui, portanto, de gêneros primários – adquirem uma dimensão de publicidade na medida em que se transformam em um conteúdo digital a ser compartilhado e – a depender do caso – reproduzido. Verifica-se com isto que a heteronímia de enunciados simples se inserem em uma dimensão social muito mais complexa – "a réplica do diálogo cotidiano" torna-se texto digital, para cuja produção foram necessários anos de conhecimento tecnológico humano, um complexo sistema de redes de telecomunicações, um conjunto de organizações institucionais responsáveis, desde a produção de um *gadget* à criação da plataforma online para o conteúdo etc.

Por último, o que destacamos em nossas atuais formas de comunicação a relevância de sua inserção na vida cotidiana, de modo que, nas palavras de Nunes (2066, p. xii), "*[t]o speak of CMC as a distinct facet of everyday life has become to some degree redundant to the extent*

como pertencendo ao grupo de gêneros primários ou secundários. Quanto a isto, o aspecto da institucionalidade, mencionado anteriormente, reforça nosso argumento.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

that networks now penetrate the spaces of everyday life at a fundamental level"[6]. Ou ainda, conforme Thrulow (THRULOW, /ano/, p. 30) afirma, a CMC já se tornou uma extensão da comunicação cotidiana para os pesquisadores da Comunicação assim como a cibercultura já se tornou para os estudiosos da Cultura uma expressão da vida cultural como qualquer outra.

Poderíamos objetar aqui que uma grande parcela da população mundial – e especialmente a brasileira – ainda vive às margens das grandes redes de comunicação. De modo que, concretamente, esta inserção mais expressiva apontada por teóricos reflete apenas os contextos sociais dos próprios teóricos, indevidamente generalizados. Sua tese, no entanto, se sustenta até certo ponto. Se formos considerar exclusivamente estatísticas referente ao Brasil, teremos alguns dados relevantes e dignos de registro. Segundo a agência inglesa *We Are Social* em seu relatório *Digital, Social & Mobile*[7], publicado em 2015, e referente a dados coletados ao longo de 2014, o Brasil é o terceiro país que mais tempo utiliza na Internet. Além disso, a quantidade de celulares no Brasil é maior do que a de brasileiros. E, referindo-nos ainda a este *gadget* de todos os dias, temos ainda – segundo a *Tic Domicílios – Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros*[8], levantamento realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e publicado em 2015 – a informação de que 89% dos brasileiros acessam a rede pelo telefone celular, em contraste com os 65% que a acessam por um computador. Em comparação com a mesma pesquisa do ano anterior, houve uma relevante transformação: 80% o faziam pelo computador e 76% pelo celular. Mais do que isto, outro ponto de destaque apontado pelo relatório é o fato de "o celular ter se tornado o único dispositivo de acesso para uma parcela significativa da população conectada (35% em 2015 e 19% em 2014)".

Estes dados nos parecem, ao menos em um primeiro olhar, relevantes o suficiente para tratarmos das formas de CMC como elementos profundamente enraizados no cotidiano de boa parte dos indivíduos ao redor do globo e em nosso país. Mais do que isto, não se trata aqui somente de apontar em que medida uma determinada tecnologia desenvolvida pelo homem é utilizada para fins de comunicação; mas de entendê-la como uma forma de suporte discursivo,

[6] "falar de CMC como uma faceta distinta da vida cotidiana se tornou até certo ponto redundante, na medida em que as redes de comunicação penetram os espaços da vida cotidiana em um nível fundamental [tradução nossa]".
[7] Disponível em: <https, p. //pt.slideshare.net/wearesocialsg/digital-social-mobile-in-2015>, acesso em 30/06/2017.
[8] Disponível em: <http, p. //cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf >, acesso em 30/06/2017.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

ou, dito de outro modo, como um artefato cultural, utilizado em práticas sociais concretas e historicamente determinadas. Nesse sentido, entender as especificidades das CMC contribui para melhor compreendermos como estas atuam como instrumentos de reprodução, legitimação e questionamento dos complexos discursivos que permeiam a vida social humana.

A dimensão ética

Reafirmar a importância da esfera simbólica\cultural\discursiva para a sociabilização humana hodierna não se trata, evidentemente, de algo novo; da formulação mais trivial de que vivemos na "era da informação" ao surgimento dos Estudos Culturais, que na área das ciências humanas definiu como objeto as formas de produção, circulação e consumo de bens simbólicos – ao longo deste interregno verificou-se ininterruptamente esta reafirmação. Quanto a nós, o que pretendemos aqui é estabelecer uma interface entre os ED e o campo da filosofia que tem por objeto as condutas e as ações humanas, a ética.

Se recapitularmos o exposto até o momento, e considerando os três aspectos referentes às formas de CMC atuais que destacamos, teremos o seguinte argumento, p. formas contemporâneas de CMC são mais acessíveis do ponto de vista do indivíduo comum, possibilitam a este uma considerável dimensão de publicidade ao seus produtos discursivos – em grande medida pertencentes ao que Bakhtin denomina de gêneros primários – sem a necessidade de sua inserção em um complexo institucional e estabelecem uma intensa relação (dialética, diga-se) com as outras dimensões extradiscursivas da vida social. Isto nos leva a tomar como central não mais exclusivamente os grandes conglomerados midiáticos em um contexto de cultura de massas, mas o próprio indivíduo singular como polo de difusão de conteúdo discursivo historicamente distinto, na medida em que este indivíduo dispõe de ferramentas que concedem a seus enunciados uma dimensão de publicidade e um potencial de reprodutibilidade que não se verificava outrora. Compreendidas as formas de CMC como suportes semióticos para a circulação de discursos na vida social, quanto mais distantes estas se encontrem da dimensão privada dos indivíduos, tanto mais há de se pensar em uma valoração moral de suas práticas discursivas. Isto é, na medida em que a produção discursiva de algum sujeito singular influencia a vida de terceiros, já não se pode mais conceber um enunciado como alheio a seus efeitos na vida social. Em síntese, se

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

> o objeto central da reflexão no campo da ética é o agir humano e sua devida valoração (...), se opera [então] uma substituição da pergunta filosófica clássica 'o que devo fazer' ou 'como devo agir' por questionamentos como "o que devo dizer" ou 'como devo me expressar' (VIEIRA FERREIRA, 2016, p. 313).

O que aqui chamamos de "influência na vida de terceiros" não deve ser compreendido tão somente como os efeitos mais imediatos de conteúdos discursivos tornados públicos; como, por exemplo, quando deixamos de ir comer em um restaurante cujas avaliações tornadas públicas são em sua maioria negativa. Também não estamos falando aqui exclusivamente de casos mais extremados como quando pessoas tiveram sua integridade física ameaçada após a divulgação de informações caluniosas – o exemplo mais lamentável é de uma dona de casa moradora do Guarujá, litoral de São Paulo, que foi espancada por dezenas de moradores após acusação feita em uma rede social de que ela sequestrava crianças e as utilizava em rituais de magia negra[9].

Conquanto não se deva desconsiderar a relevância destes efeitos que mais facilmente nos saltam aos olhos, as formas de CMC são vistas aqui como parte considerável da dimensão cultural e simbólica de uma sociedade, em todas as suas expressões institucionais, e que é determinante para a formação subjetiva dos indivíduos e, por conseguinte, das práticas sociais por eles levadas a cabo. Em concordância com o pensamento do círculo bakhtiniano, reafirmamos aqui que "cada enunciado [...] é um elo da corrente ininterrupta da comunicação sociocultural" e que toda produção discursiva é "parte integrante de uma discussão cultural (axiológica) em grande escala" que "responde ao já-dito, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. /onde fecham-se as aspas?/ Daí ser relevante o fato de estarmos, de modo geral, cada vez mais imersos em termos quantitativos em intercâmbios socioculturais cotidianos propiciados pela CMC. Com isto, as instituições tradicionais a quem são dedicadas as tarefas da formação moral, intelectual e cultural do indivíduo – a família e a escola – acabam por perderem espaço para outras instituições que não necessariamente se propõem a esse fim e/ou que o fazem regido por outras leis e finalidades. Foi assim especialmente com a televisão, e assim vem sendo com a formas mais recentes de CMC, como as redes sociais. Apenas para se ter uma ideia, segundo dado mencionado por Dill-

[9] Notícia disponível em, p. <http, p. //g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>. Acesso em 30/06/2017. Igualmente relevante seria destacarmos aqui o aumento considerável dos crimes de ódio através da internet e mesmo o *cyberbullying*.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

Shackleford (2016, p. 3), o cidadão médio estadunidense passa 3.700 horas por ano utilizando meios de comunicação de massa, cerca de dois terços da quantidade de tempo em que se está acordado. Com isto, se não causa espanto falarmos na responsabilidade social dos meios de comunicação em massa, parece-nos válido levar o mesmo questionamento acerca dessa responsabilidade para a esfera do indivíduo.

Nossa reflexão nos leva a tomar como objeto central a responsabilidade moral – conceito central para a pesquisa no campo da Ética – aplicada à dimensão discursiva das práticas humanas. Falar em responsabilidade, conforme nos aponta Fischer (1987, p. 81), significa estabelecer parâmetros para que as ações sejam consideradas como sendo dignas de uma valoração positiva (*praise*) ou negativa (*blame*). Uma vez construído para si um *ethos* social e cultural, uma vasta gama de ações possíveis se coloca em seu horizonte. Coloca-se o dilema: quais destas então seriam boas e quais seriam ruins (cf. HÖFFE, 2013, p. 10)? Havendo o homem transcendido os imperativos biológicos que o regem – sem que estes deixem de ser fatores determinantes em sua configuração psíquica e social – encontra-se ele obrigado a confrontar-se a todo o tempo com sua dita liberdade.

Retornemos à centralidade do indivíduo (o nosso autor contemporâneo) nas formas de CMC. Se nos questionarmos acerca das extensões de sua pretensa liberdade, somos levados, inicialmente, à questão filosófica da responsabilidade moral ou ao problema do livre-arbítrio. Isto nos impõe a pergunta: até que ponto somos livres para agirmos de acordo com nossa vontade, e até que ponto somos determinados por circunstâncias que lhe escapam? A tradição filosófica nos oferece, a princípio, três caminhos possíveis: as doutrinas do determinismo, do livre-arbítrio e do compatibilismo. Dito de modo bem superficial, a primeira doutrina sustenta que todos os fenômenos são regidos por leis causais, e que qualquer evento é o único resultado possível de suas causas necessárias e suficientes; a segunda propõe que os agentes humanos poderiam, por sua vontade, agir de uma forma possível, distinta daquela determinada pelas forças causais em questão; por fim, a terceira afirma que diferentes níveis de determinação e de vontade podem coexistir.

Se transpusermos esse questionamento para o campo dos ED, isto equivaleria a nos questionarmos: até que ponto somos livres em nossas produções discursivas e até que ponto sofremos enquanto sujeitos o processo de assujeitamento? Outras perguntas seriam também possíveis (cf. VIEIRA FERREIRA, p. 313): “a) o que significa ser discursivamente livre?; b)

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

poderíamos falar em determinismo linguístico ou discursivo?; c) poderíamos falar em livre-arbítrio discursivo?; d) o que poderia significar, portanto, ser discursivamente responsável?". Nos marcos do presente artigo, não é possível tratarmos devidamente estas questões. Entretanto, algumas linhas iniciais podem ser esboçadas levando-se em consideração as especificidades da CMC.

Dois grandes caminhos interpretativos podem ser traçados. Se atentamos aos textos e autores de maior destaque no campo dos ED, como Pêcheux e Foucault, e tendemos a priorizar os mecanismos de assujeitamento presentes na materialidade das interações discursivas. Sob esta perspectiva, o sujeito não é visto como a fonte última da produção de seus discursos, nem como um ser unívoco encerrado em si mesmo com limites precisos. Para Brandão (2006, p. 80), há que se falar em uma "ambiguidade constitutiva da noção de sujeito que se situa paradoxalmente entre: uma subjetividade livre (...) e uma subjetividade assujeitada". Ou, nos termos de Orlandi (1999, p. 50), de uma contradição entre um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Eis, portanto, nossas linhas centrais de argumentação: 1) se concentrarmos nossos olhares na liberdade do indivíduo quando de suas produções discursivas, torna-se então plausível que estabeleçamos – mantendo o traço normativo que é próprio da reflexão ética – parâmetros mínimos para que se possa imputar a este indivíduo algum nível de responsabilidade moral por conta de seus enunciados, especialmente se levamos em conta a dimensão de publicidade que estes adquirem quando têm por suporte semiótico uma forma de CMC; 2) por outro lado, se priorizarmos as forças de determinação discursivas, devemos analisar com maior atenção os desdobramentos sociais da reprodução de um discurso que concede ao indivíduo um grau de liberdade que não corresponde à materialidade de suas interações discursivas – e nesse sentido torna-se possível a caracterizar este discurso como sendo ideológico e/ou servindo à manutenção de *weltanschaaungen* mais amplas[10].

Tais linhas pressupõem modos distintos de tratamento teórico da ação individual, para a qual, como mencionamos anteriormente, a filosofia nos apresenta um conjunto de doutrinas específicas e com numerosos argumentos, sejam de contemporâneos, sejam dos que em

[10] Dados os limites deste texto, não trataremos aqui de investigar a relação que há entre a "sensação de liberdade" propiciada pelas formas de CMC e aquilo que poderíamos chamar de um traço da mentalidade tipicamente burguesa (sem qualquer carga pejorativa), em que se compreende o indivíduo enquanto um ente livre e que cujas realizações em vida se dão mais em virtude de suas vontades e escolhas do que das coerções sociais sobre as quais ele não possui o menor controle.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

tempos helênicos já se debruçaram sobre o tema. Diante da complexidade o problema, limitamo-nos aqui a sublinhar uma constatação que nos parece central: a defesa irrestrita de um determinismo absoluto, que coloca em xeque a ideia da responsabilidade moral, nos apresenta um cenário de implicações práticas desastrosas[11]. Nesse sentido, deve ser levado em conta o distanciamento prático e material que há entre a reflexão filosófica levada a cabo por uma determinada e restrita parcela da sociedade humana e as condutas efetivas assumidas por esta em seu cotidiano. Assim, não nos parece cabível desconsiderar a existência de práticas sociais realizadas com vistas à reparação das consequências indesejáveis desta ou daquela prática individual tida como negativa. Esta desconsideração equivaleria à renúncia a todo o aparato jurídico que a humanidade desenvolveu para si até então.

Não obstante, tal postura não deve ser entendida como a defesa da sanção institucional como o meio mais eficiente para a redução de tais condutas indesejáveis; há vasta literatura sob a rubrica da criminologia crítica quanto a isto. Parece-nos mais importante nos questionarmos em que medida as instituições de formação individual engendram sujeitos cujas consciências morais e cívicas atuem como um dispositivo de controle e autorreflexão que lhes permitam mensurar as razões pelas quais um ato é valorado como moralmente negativo e, portanto, deveria ser evitado. Sendo este o objetivo, o arcabouço teórico e epistemológico do qual dispõem os ED apresenta-se como uma poderosa ferramenta para identificar que enunciados morais (isto é, produtos linguísticos cujos efeitos de sentido têm por consequência material a legitimação de um determinado valor moral) encontram-se em circulação nas práticas sociais cotidianas e quais são seus efeitos observáveis ou imagináveis.

Neste texto, nos limitamos à primeira linha de argumentação: aquela que considera a liberdade – a despeito de seus diferentes níveis e formas – como um pressuposto válido para a manutenção de alguma ordem social mínima e que nos permite atribuir responsabilidade aos indivíduos (no nosso caso, responsabilidade quanto às suas produções discursivas). Esta linha, conforme pode se verificar em Vieira Ferreira (op. cit.), pode ser defendida com base em três argumentos centrais.

[11] Há objeções quanto a este raciocínio. Quanto a isto, destaca-se Pereboom (2003, 2013), que sustenta que todos os fatores determinantes de nossas ações estão para além de nosso controle, não sendo, portanto, possível se falar em responsabilidade moral. Assumindo tal posição incompatibilista, o autor busca sustentar, no entanto, que as consequências práticas deste argumento não são tão assustadoras quanto se costuma julgar.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

Em primeiro lugar, temos o argumento do caráter individualizado de toda e qualquer produção linguística. Isto pode ser atribuído em grande medida ao fato de a faculdade da linguagem humana, tal como ela se expressa na forma das mais distintas línguas, ser um suporte de expressão da subjetividade dos indivíduos, na medida em que as línguas, em sua totalidade, contam *a priori* com formas pronominais de primeira pessoa (cf. Benveniste, 1976, p. 287).

Em segundo lugar, a dimensão axiológica está presente em toda e qualquer produção linguística. Em nossa reflexão, assumimos como central a tese do círculo bakhtiniano segundo a qual

> a enunciação de um signo é sempre também a enunciação de índices sociais de valor, isto é, a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade de sua ancoragem em diferentes quadros semântico-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valores (FARACO, 2006, p. 53).

Quando da interação comunicativa concreta, nenhum receptor de uma determinada mensagem assume uma postura absolutamente passiva. Ao contrário, diante de um determinado enunciado há sempre uma postura responsiva ativa por parte do leitor/ouvinte, seja esta uma postura de concordância ou discordância em seus diferentes graus (cf. BAKHTIN, 2010, p. 271).

Por fim, há a constatação, até certo ponto trivial, do ineditismo de toda e qualquer produção discursiva. Isto equivale a dizer que, conquanto não se possa falar de um enunciado primeiro, algo como a nomeação adâmica das coisas, todo enunciado, a despeito de seus conteúdos e formas, são proferidos em momentos temporais distintos e/ou por indivíduos orgânica, psíquica e socialmente distintos. De modo que os efeitos de sentido são sempre sobredeterminados por tais configurações particulares.

Considerados estes três argumentos, chegamos então à seguinte conclusão propositiva:

> o princípio motor de um ato discursivo individual é sempre o seu indivíduo produtor, o que nos possibilita, portanto, atestar que o ato discursivo individual é, de alguma forma, um ato suficientemente livre a ponto de poder ser moralmente valorado, de modo ser possível a imputação a seu agente de algum nível de responsabilidade. Neste caso, as determinações para a escolha última de realizar o ato discursivo individual se dão sempre em um nível que não compromete a liberdade de seu agente a ponto deste não mais

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

> poder ser considerado responsável (portanto, livre) por sua produção linguística (op. cit., p. 324).

Posta em tais termos, seria plenamente cabível a assertiva segundo a qual o caráter individualizado de uma produção discursiva não serve como sustentáculo forte o suficiente para que se postule algum nível de liberdade, haja vista que o simples fato de uma ação ser individual não garante que ela seja livre. Diante disto, defendemos aqui a possibilidade de se postular a existência de *instâncias de controle discursivo*, tomando por base, inicialmente, os elementos constituintes do modelo comunicativo sugeridos por Jakobson (1960, p. 353) – a saber "contexto"[12], "emissor", "mensagem", "destinatário", "canal" e "código".

Entendidos como fundamentais em toda e qualquer interação comunicativa, quatro destes elementos podem ser manipulados pelo indivíduo com algum grau de controle, sendo, portanto, possível precisar de que forma o indivíduo pode exercer sua dita liberdade quando produz um enunciado. Ou seja, o indivíduo realiza uma operação de seleção a) quanto a quem será o destinatário de suas mensagens, b) quanto ao código utilizado para transmitir sua mensagem, c) quanto ao canal utilizado e d) quanto ao que e como será dito/escrito. Em d), precisamente, operam com maior evidência os mecanismos de determinação discursiva, na medida em que o conteúdo e – especialmente – a forma de um texto, em suas menores unidades, são a expressão das dimensões históricas, culturais, psicológicas etc. (enfim, extradiscursivas) das quais o indivíduo faz parte. Isto, no entanto, não impossibilita de todo sustentarmos algum nível de agência individual discursiva.

Visto que tratamos nesta nossa exposição das particularidades das formas de CMC, daremos a seguir o devido destaque aos elementos "emissor", "destinatário", "canal" e "código", nos termos de suas especificidades no contexto daquelas formas de comunicação.

Quanto ao "emissor", destacamos aqui a possibilidade de seu anonimato. Em termos técnicos, o que temos com a rede mundial de computadores é a não vinculação da identificação do instrumento pelo qual se acessa a rede com a identificação individual de quem o utiliza. Isto é possível pois um dos principais protocolos necessários ao funcionamento da internet é o TCP/IP, que identifica o instrumento de acesso com base em um código composto por uma sequência de 4 números de até 3 dígitos cada. Esta é, portanto,

[12] Conforme proposto por Vieira Ferreira (op. cit.: 325), o elemento "contexto", que na teoria jakobsoniana é o central quando o autor postula a função referencial da linguagem, não é suficientemente adequado para distinguir a dimensão do conteúdo simbólico da mensagem do contexto extradiscursivo no qual ela surge.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

o único modo possível de indicarmos na rede que pontos estão em comunicação com quais outros pontos. Isto nos leva a um grande campo de debates sobre os limites da vigilância, tanto por parte do Estado quanto por parte dos conglomerados empresariais que oferecem o acesso ao usuário[13]. /pausei aqui/

Em nosso contexto de trabalho, ganha destaque a relação deste dado técnico com a possibilidade de se produzir e divulgar conteúdos simbólicos sem que estes tragam consigo a identificação de quem é seu autor. Superficialmente, isto pode se referir tanto à publicação de um comentário em um site de notícias quanto à criação de uma homepage com uma vasta quantidade de conteúdos. Evanesce, com isto, a publicidade da autoria – o que, na contramão da construção moderna de um sujeito individualizado, nos faz desconfiar das razões para tal apagamento deliberado de si. São inúmeros os exemplos de agressões verbais e mesmo de crimes de ódio cometidos na internet sob o manto do anonimato. Considerado em seu aspecto moral, isto equivale para o indivíduo a descomprometer-se das consequências de seus atos, o que, em termos jurídicos, representa a impossibilidade de qualquer medida de reparação em decorrência de um dano sofrido por quem quer que seja. Em casos mais evidentes de agressões verbais, a sanção jurídica (ou sua ausência) nos chama a atenção. Se, por um outro lado, observarmos que este apagamento da identificação do autor ocorre mesmo em um contexto de enunciados que não se configuram como forma de agressão. Com isto, tais enunciados adquirem algo como uma "blindagem discursiva"; já não é mais possível colocar em xeque seu conteúdo com base na inserção institucional, filiação teórica ou dado biográfico de seu autor. Tal como o anseio do pesquisador tradicional em tratar seu objeto com o maior distanciamento possível, para não ter seu trabalho afetado por inclinações subjetivas, este apagamento da identificação produz um efeito de "verdade por si", cristalizando-se na medida em que é reproduzido; algo como o que ocorre com ditados e provérbios.

Passemos ao "destinatário". Como afirmamos anteriormente, uma das características da CMC é o seu potencial de publicização de um determinado conteúdo produzido individualmente. O efeito, p. o produtor inicial de um determinado enunciado transfere para seus destinatários um potencial de reprodutibilidade de seu conteúdo que nas mídias tradicionais caberia exclusivamente a ele. Disto decorre que tal conteúdo tende a atingir destinatários – ora potenciais, ora de fato reprodutores de conteúdo (eis uma recorrente

[13] Ver quanto a isto, por exemplo, Silveira (2009).

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

modalidade de “autoria”) – em absoluto desconhecidos ao emissor. Se todos levamos em consideração, em maior ou menor medida, de quais destinatários se trata quando da escolha do canal, do código, do conteúdo e da forma de nossas mensagens, esta reflexão prévia pode simplesmente tornar-se nula diante do alcance destas. Isto nos leva à tarefa bastante complexa de estabelecer limites claros de previsibilidade (ou evitabilidade) para cada ação, e de estabelecer redes de nexos causais, dadas as consequências de determinados atos – sobre o que muito se versa no campo dos estudos jurídicos. Na dimensão discursiva, coloca-se a questão: a publicidade de meus enunciados contribui para a legitimação ou o questionamento de quais práticas e discursos? Isto se torna visivelmente grave quando do vazamento de informações privadas (verdadeiras ou supostamente verdadeiras) que podem acarretar algum tipo de prejuízo para aquele sobre quem se versa. De modo menos evidente, esta situação também nos faz entender o indivíduo como alguém vinculado em maior ou menor grau a uma rede de reprodução de conteúdos que podem servir de fundamentação simbólica para práticas não-discursivas indesejáveis. Uma discussão em voga exemplar desta circunstância é aquela sobre os limites do humor, no sentido de que práticas discursivas a princípio inofensivas inserem-se em estruturas mais amplas de assimetria social, legitimando-as, e contribuindo assim em algum grau para a manutenção dos efeitos não-discursivos destas estruturas.

Dito isto, fica clara aqui a relação entre os elementos “destinatário” e “canal”. E o elemento “código” relaciona-se ainda a este último de modo bastante relevante para nossa reflexão. Diante da constante evolução das formas de CMC, os produtos discursivos postos em circulação dispõem cada vez mais de suportes multissemióticos para seus conteúdos. Afirmar que na dita era da informação a presença de conteúdos imagéticos nos espaços urbanos tenha se acentuado de um modo nunca dantes presenciado pela humanidade já é uma trivialidade. Mas, mesmo para aqueles que trabalham no campo da comunicação com análise de imagens, parece haver um interesse maior em formas de crítica cultural e estética do que nas questões sociais envolvidas na produção, circulação em consumo destas (cf. STOCCHETTI & KUKKONEN, 2011, p. 1) /meio equivocada a oposição crítica cultural X questões sociais envolvidas etc., não acha?/. De modo que nos parecem ser ainda bastantes isoladas as abordagens da imagem que as tratem como formas de agência através das quais relações de poder são estabelecidas. Nesta perspectiva, portanto, são mais relevantes as estratégias comunicativas envolvidas e os usos das imagens em sua relação com as estruturas

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

e práticas sociais do que tão somente os seus sentidos e conteúdo. E, tal como ocorre com o atributo do anonimato referente às produções verbais sobre o que discorremos anteriormente, também ao nos depararmos com a circulação de imagens encontramos comumente uma lacuna autoral. Pensado em sua dimensão moral, temos aqui as mesmas implicações que aquela que vimos anteriormente. Em síntese, tanto a autoria do produto verbal quanto a do produto imagético (que muitas vezes surge constitutivamente interligado ao primeiro) mantém-se como incógnitas. Ademais, as imagens não somente apresentam algum grau de plurissignificação de seus conteúdos, mas também elas próprias se prestam à manutenção e legitimação deste ou daquele discurso. Daí a afirmação de Stocchetti e Kukkonen (p. 4) de que "*[v]isual communication is powerful because it binds the viewer in a communicative relation where agency is hidden and meaning is ambivalent*[14]".

Eis a seguir, enfim, a suma de nosso argumento. Formas de CMC apresentam-se como ferramentas comunicativas cujas características mais marcantes são o potencial de publicidade que um conteúdo discursivo pode vir a adquirir e o grau de disponibilidade e relativa facilidade técnica para a produção e difusão deste conteúdo. Some-se a isto a quantidade massiva de conteúdos verbais e imagéticos presentes em nosso cotidiano, bem como a relação destes com estruturas sociais mais amplas e que engendram desdobramentos materiais extradiscursivos. Estes dois fatores somados impõem ao indivíduo um grau de comprometimento considerável na manutenção ou questionamento destas estruturas, de modo que as consequências da produção discursiva se tornam determinantes, caso queiramos falar, em termos morais, em imputação de responsabilidade; uma vez pressuposta como plausível a liberdade individual, no que concerne à constituição de uma interação comunicativa.

Palavras finais

Gostaríamos, à guisa de conclusão, de fazer dois apontamentos finais, ou, dito de outro modo, mais um breve convite à reflexão. Buscamos manter ao longo do texto um compromisso com a objetividade de nossas análises, sem emitirmos avaliações mais positivas ou negativas sobre as formas contemporâneas de comunicação e as questões autorais nelas envolvidas. Parece-nos, no entanto, relevante apontarmos alguns caminhos de pensamento.

[14] "a comunicação visual é poderosa, pois ela vincula o observador a uma relação comunicativa onde a agência é oculta e o significado é ambivalente [tradução nossa]".

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

Pois se mesmo a reflexão teórica e a produção intelectual constituem-se como práticas sociais como quaisquer outras, inseridas em estruturas macro e micropolíticas, não nos absteríamos de fazê-lo declaradamente ao expressarmos nossos anseios.

Dito isto, e considerando todo o exposto, temos a impressão de que o indivíduo contemporâneo e sua linguagem se encontram em um constante estado de contradição com a realidade objetiva que o cerca. Pois, ao mesmo tempo em que a vida social se complexifica, as pessoas se mostram inversamente cada vez menos propensas à reflexão sobre suas práticas discursivas e suas consequências. Isto ganha mais relevância, se concordamos com a tese, que buscamos apresentar aqui, de que as plataformas de comunicação colocam para o indivíduo questões éticas relacionadas à veiculação de seus enunciados e de sua dimensão simbólica. Nos perguntamos se as instituições formadoras da consciência cívica dos cidadãos são capazes de lhes informar sobre as consequências de suas práticas discursivas. Mais do que isto, mais do que nos questionarmos sobre estas instituições, é necessário que nos questionemos sobre os próprios imperativos que regem nossas vidas cotidianas. É cada vez mais urgente sabermos se a manutenção e a reprodução da vida social inclui o exercício de práticas que não podem ser entendidas sobre uma lógica estrita de produção de riquezas materiais. Nos referimos a práticas como a contemplação artística, a organização política e, especialmente, a reflexão moral.

Abstract: In this paper will be initially considered the concept of author in contrast to other more common concepts in the field of Discourse Analysis (e.g. "speaker", "subject") and why it is possible to say that there we are dealing with a new form of authorship. Some characteristics of the computer mediated communication will be therefore highlighted, as long as it offers to its increasing number of users a publicity level to its discoursive productions in a, so one could say, never seen before level. Considering this, we sustain that there is a relevant ethical dimension covering the discoursive production, given that such new authors, due to the publicity grade of its utterances, are parts of wider discoursive networks with complex effects in non-discursive practices.

Keywords: Ethics. Discourse. Responsibility.

Referências

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad: Mario Laranjeira. São Paulo (SP): M. Martins, 2004.

BAKHTIN, M. *Gêneros do discurso*. In: Estética da criação verbal. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Trad: Maria Gloria Novak e Luiza Neri. São Paulo, p. Cia. Ed. Nacional/Universidade de São Paulo. 1976

BRANDÃO, Helena H. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 2004

DILL-SHACKLEFORD, K. *How fantasy becomes reality: information and entertainment media in everyday life*. New York, p. Oxford University Press, 2016.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2006.

FISCHER, J. M. *Responsiveness and moral responsibility*. In: SCHOEMAN, F. D. (Org.). Responsibility, character, and the emotions, p. new essays in moral psychology. Cambridge [Cambridgeshire] ; New York: Cambridge University Press, 1987.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos, Vol. 3 – Estética: Literatura E Pintura, Música e Cinema. Organizado por Manoel Barros da Motta. Riode Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

HÖFFE, O. *Ethik, p. eine einführung*. Original-Ausgabe ed. München: Verlag C.H. Beck, 2013.

JAKOBSON, R. *Linguistics and poetics*. In: SEBEOK, T. A. (Hg.). Style in Language. Cambridge – MA: MIT Press, 1960.

NUNES, M. *Cyberspaces of everyday life*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *A análise de discurso: três épocas*. In: GADET, F. & HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

_____. *Papel da memória*. In, p. Papel da memória. Trad.: José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017

PEREBOOM, D. *Living without free will*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2001.

POE, M. *A history of communications: media and society from the evolution of speech to the Internet*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2011.

SALES, E. O conceito de gênio na filosofia. *Cadernos de arquitetura e urbanismo*. N. 2. Brasilia, 2006.

SILVEIRA, S. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. In: *Comunicação & Sociedade*, Ano 30, n. 51, p. 113-134, jan./jun. 2009.

STOCCHETTI, M.; KUKKONEN, K. *Images in use: towards the critical analysis of visual communication*. Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2011.

THURLOW, C.; LENGEL, L.; TOMIC, A. *Computer mediated communication, p. social interaction and the internet*. Reprinted ed. Los Angeles: SAGE, 2004.

VIEIRA FERREIRA, V. Apontamentos primeiros sobre o conceito de responsabilidade discursiva. *Revista Philologus*, Ano 22, N° 64 Supl.: Anais do VIII SINEFIL. Rio de Janeiro, p. CiFEFiL, jan./abr.2016.

VON MÜCKE, D. E.. *The practices of the Enlightenment: aesthetics, authorship, and the public*. New York: Columbia University Press, 2015.

Recebido em: 30 jun. 2017
Aprovado em: 01 ago. 2017